



DIREITOS HUMANOS

Para Lula, PL sobre aborto é “insanidade”

Apesar da demora em se manifestar, presidente consolida posição do governo contrária ao projeto que tramita na Câmara

» FABIO GRECCHI

Ricardo Stuckert/PR

Somente depois que a temperatura subiu é que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva decidiu criticar o Projeto de Lei 1.904/24 — que equipara o aborto, depois da 22ª semana de gravidez, ao homicídio. Na coletiva que concedeu em seguida ao encerramento da Cúpula do G7, ele classificou o PL de “insanidade”. O presidente, porém, fez questão de ressaltar que, pessoalmente, é contrário ao aborto.

“Eu, Luiz Inácio Lula da Silva, fui casado, tive cinco filhos, oito netos e uma bisneta. Sou contra o aborto. Entretanto, como o aborto é realidade, a gente precisa tratar como uma questão de saúde pública. Acho que é insanidade alguém querer punir uma mulher com uma pena maior do que a do criminoso que fez o estupro. É, no mínimo, uma insanidade isso”, enfatizou.

A crítica de Lula fecha a posição do governo de oposição ao PL. Para o presidente, o Brasil trata do tema de forma “civilizada” por conta da lei já existente sobre a interrupção forçada da gravidez.

“Tenho certeza que o que tem na lei já garante, de forma civilizada, para tratar com rigor o estupro e com respeito à vítima. É isso que precisa ser feito. Quando alguém apresenta uma proposta de que a vítima precisa ser punida com mais rigor do que o estupro, não é sério. Sinceramente, não é sério”, criticou, acrescentando que se aprofundará sobre o tema quando voltar ao Brasil.

Caso o **PL 1.904** que tramita em regime de urgência na Câmara dos Deputados, seja aprovado, o país terá uma legislação mais dura do que a de nações regidas pela Sharia — o conjunto de leis islâmicas baseadas no Corão —, que prevê até sete anos de prisão para a mulher que abortar.

Atraso

Apesar da indignação de Lula, ele entra atrasado no debate que se formou desde que a urgência para o PL foi aprovada, na terça-feira, simbolicamente e em apenas 24s. O presidente chegou a ser indagado sobre o tema em Genebra, na Suíça, mas esquivou-se de comentar. Na quinta-feira passada, à saída da 112ª Conferência Anual da



Votação relâmpago e reação intensa

A Câmara dos Deputados aprovou a urgência do Projeto de Lei 1.904/24 na quarta-feira passada. A votação relâmpago aconteceu sem que o nome do projeto fosse citado pelo presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), quando pautado no plenário. Alguns parlamentares nem sequer perceberam o que estava sendo votado. Houve reclamações sobretudo do PSol, que é contrário à iniciativa. Depois da forte reação contrária, Lira afirmou que indicaria uma relatora para a matéria que produzisse um parecer “equilibrado” — especulou-se que a deputada Benedita da Silva (PT-RJ), que é evangélica, pudesse relatar o PL, mas com a oposição do governo à matéria tornou-se algo provável. Já o autor do texto, Sóstenes Cavalcante (PL-RJ), anunciou que pretende apresentar emenda aumentando para 30 anos a pena para o estupro — pela versão atual do projeto, o agressor teria uma punição menor do que a mulher que sofresse a violência sexual.

Organização Mundial do Trabalho (OIT), respondeu ao repórter que pretendia saber o que pensava sobre o projeto: “Você acha que não é justo — acabei de sair de uma palestra — vir falar sobre uma coisa que está sendo discutida na Câmara. Deixa eu voltar para o Brasil e tomar pé da situação. Aí você pergunta e venho

falar com você”, reagiu.

Mas antes de Lula evitar comentar o PL, a articulação política do governo vinha sendo criticada — sobretudo nas redes sociais, de onde veio a principal mobilização contra o projeto elaborado pelo deputado Sóstenes Cavalcante (PL-RJ) — por não se esforçar para evitar o avanço na

Fui casado, tive cinco filhos, oito netos e uma bisneta. Sou contra o aborto. Entretanto, como o aborto é realidade, a gente precisa tratar como uma questão de saúde pública. Acho que é insanidade alguém querer punir uma mulher com uma pena maior do que a do criminoso que fez o estupro. É uma insanidade”,

“Tenho certeza que o que tem na lei já garante, de forma civilizada, para tratar com rigor o estupro e com respeito à vítima. É isso que precisa ser feito. Quando alguém apresenta uma proposta de que a vítima precisa ser punida com mais rigor do que o estupro, não é sério”

Presidente Luiz Inácio Lula da Silva

Câmara. Surpreendeu, sobretudo, a reação do líder do governo na Casa, deputado José Guimarães (PT-CE), ao afirmar que a proposta “não é matéria de interesse do governo”.

Na sexta-feira, o ministro da Secretaria de Relações Institucionais, Alexandre Padilha — que até então não fizera qualquer

comentário sobre o PL —, deixou o silêncio de lado. “Não contem com o governo para qualquer mudança na legislação do aborto no país. Ainda mais um projeto que estabelece uma pena para meninas e mulheres estupradas que pode ser até duas vezes maior que para o estupro”, advertiu em uma rede social.

Lula chega ao debate depois da primeira-dama Janja — que até a sexta-feira também não tecera qualquer comentário sobre o projeto — publicou uma longa manifestação no X (antigo Twitter). “É preocupante para nós, como sociedade, a tramitação desse projeto sem a devida discussão nas comissões temáticas da Câmara. Os propositores do PL parecem desconhecer as batalhas que mulheres, meninas e suas famílias enfrentam para exercer seu direito ao aborto legal e seguro no Brasil. Isso ataca a dignidade das mulheres e meninas, garantida pela Constituição Cidadã. É um absurdo e retrocede em nossos direitos. A cada 8 minutos uma mulher é estuprada no Brasil”, lembrou.

Até então, apenas as ministras Cida Gonçalves (Mulheres), Anielle Franco (Igualdade Racial), Sônia Guajajara (Povos Indígenas) e Marina Silva (Meio Ambiente e Mudança do Clima), além do ministro Silvío Almeida (Direitos Humanos e da Cidadania), eram as vozes do governo federal contra o PL.

Mercosul pronto para assinar acordo. Depende apenas da UE

O Mercosul está pronto para assinar o acordo com a União Europeia. O anúncio foi feito, ontem, pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, depois de ter-se reunido, na sexta-feira, com a presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, e deixar claro que pelo lado brasileiro não há qualquer óbice. A França do presidente Emmanuel Macron é a principal opositora do acordo, pois os produtores agrícolas do país reconhecem a desvantagem em volume de produção e tecnológica que têm para os brasileiros.

Disse à Von Der Leyen que depois de todas as tratativas que o Brasil fez para mudar o acordo, colocando as coisas que achamos que eram necessárias colocar e tirando as que achávamos que eram

necessários tirar, o Brasil está pronto para, na hora que a União Europeia (UE) quiser, assinar o acordo. Agora, o problema é deles”, frisou o presidente, na coletiva em que também teceu comentários sobre o Projeto de Lei 1.904/24.

Lula, porém, reconhece que as eleições que ocorrerão na Europa podem atrasar ainda mais o fechamento do acordo. Outro ponto problemático para que Mercosul e UE é o avanço no Parlamento Europeu da extrema direita, ideologicamente adversária da imigração e de regras mais flexíveis para acordos comerciais entre blocos e países.

Flexibilidade

O presidente, porém, afirmou

» Paz só com Rússia e Ucrânia à mesa

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou, na coletiva, que o Brasil só participará de reuniões para discutir a paz quando ucranianos e russos estiverem prontos para a negociação. Para ele, há ainda muita resistência dos presidentes Vladimir Putin, da Rússia, e Volodymyr Zelensky, da Ucrânia. Lula expôs esse ponto de vista à presidente da Confederação Suíça, Viola Amherd, que o convidou a participar da reunião que ocorre neste fim de semana para discutir a paz no Leste Europeu. “Disse que o Brasil tinha tomado a decisão de não ir. Não é possível ter uma guerra com dois e achar que se reunir só com um resolve o problema”, explicou. “Quando os dois tiverem disposição, estamos prontos para discutir”, acrescentou.

que Macron teria se mostrado mais flexível em relação ao acordo — o presidente francês chegou a afirmar, em março, que seria “loucura” celebrar a conexão comercial Mercosul-UE nos

termos em que se encontra. Ainda segundo Lula, Macron pediu-lhe para que esperasse as novas eleições para a Assembleia Nacional francesa, que foram convocadas em 9 de junho.

“Volto com otimismo de que nós, do Mercosul, estamos prontos para assinar esse acordo”, disse Lula, acrescentando que, em relação ao país de Macron, obteve “uma parceria muito forte”. “Acho que Brasil e França vão mudar de patamar de negociação nos próximos anos”, previu.

Pouco antes da coletiva, Lula encontrou-se com a primeira-ministra da Itália e anfitriã da Cúpula do G7, Giorgia Meloni, e com o chanceler alemão Olaf Scholz.

“A conversa com a primeira-ministra Giordana Meloni (Lula confundiu o nome da chefe do governo italiano), tentei mostrar para ela o histórico da relação do Brasil com a Itália e a importância de ela visitar o Brasil e ter

contato com os quase 30 milhões de italianos e descendentes. São 1,4 mil empresas, com a geração de mais de 150 mil empregos. Vamos completar 150 anos de imigração da Itália”, afirmou.

Em relação a Scholz, Lula convidou o chanceler a fazer parte de uma Aliança Global contra a Fome — iniciativa que integra a agenda do presidente à frente do G20. Os dois trataram também dos conflitos em Gaza e na Ucrânia, do acordo Mercosul-UE e da situação política na Europa e na América Latina com o avanço da extrema direita. O dirigente alemão manifestou solidariedade às vítimas das enchentes no Rio Grande do Sul. (FG)

» LEIA MAIS na página 11